

**Maura Soares**

---

**Assunto:** Apreciação pública sobre Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

---

**De:** Simão Pfc Neves <[REDACTED]>

**Enviada:** 23 de abril de 2025 08:39

**Para:** Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>

**Assunto:** Apreciação pública sobre Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

As áreas marinhas protegidas são fundamentais para a proteção e desenvolvimento da Economia Azul nos e dos Açores.

Por essa razão, sempre foi minha preocupação, apresentada em sede própria nas reuniões em que participei, que não fosse uma mera estratégia de marketing, mas sim uma efectiva estratégia de conservação e proteção dos Oceanos.

Expliquei que Marketing seria proteger o que é nosso, afectando toda uma fileira, mas deixando que fosse importado pescado de áreas que não cumprissem, no mínimo o que nós queríamos impor no nosso território, até porque para funcionarem, as AMP teriam de ter o apoio diário de quem mais a utiliza, os pescadores. Para obter esse apoio, isso nunca poderia ser algo que eles sentissem ser contra eles, mas sim em que eles participassem.

Pelo contrário, as Áreas Marinhas protegidas, para o serem e para servirem o seu propósito, teriam de resultar de uma estratégia mais ampla do que meramente desenhar umas figuras geométricas nuns mapas. Teria de envolver soluções para todas as atividades económicas e sectores de atividades que seriam afectados.

Serviu essa introdução para explicar que não sou contra as AMP's.

Aproveito também para explicar que não estou ligado a qualquer sector de atividade da fileira do Mar.

O Atum é uma espécie migratória e como tal a sua preservação é feita através de quotas, definidas mundialmente.

Sendo migratória, tem rotas próprias que não são constantes e regulares, entrando umas vezes por um lado e outras por outro, razão pela qual TODA a frota se ajusta anualmente e reajusta em cada momento da safra à vontade do pescado. Acresce que é um tipo de pescado que em poucas horas aparece e desaparece com muitas rapidez e velocidade, dificultando a gestão da sua pesca que é muito mais de busca do que de espera.

Não permitir a sua pesca em determinadas áreas vai influenciar a vida de toda uma classe piscatória, safra a safra, com consequências económico-financeiras gravosas e só terá como efeito

que o peixe se vá embora, para outros os apanharem ou o aumento da atividade ilegal, essa sim ALTAMENTE lesiva do meio ambiente.

Por outro lado, serem Zonas no Take, para cumprir com o espírito da sua criação, não significará que nenhuma embarcação pode entrar lá? A definição diz "podem proibir completamente qualquer tipo de intervenção humana para permitir a recuperação natural dos ecossistemas". Assim, se forem áreas de proteção TOTAL nem os cruzeiros, nem as embarcações de transporte, nem as marítimo turísticas, nem nenhuma devia poder lá entrar, não? Como se garante que em nenhuma dessas há atividade extrativa? Especialmente nas marítimo-turísticas...

Por outro lado, não seria mais efetivo para proteger o nosso Oceano, definir como Zonas de Proteção Total, zonas mais a norte, onde frotas internacionais fazem um tipo de pesca muito mais destrutiva e assim protegemos até muito mais % de Oceano, para além de estarmos a proteger inclusivamente a saúde de quem vai consumir o pescado apanhado por essas artes destrutivas, por frotas internacionais, que ainda por cima descarregam em portos portugueses para posteriormente o pescado ser importado e consumido por nós?

Por último, permita-me V. Exa. um desabafo e um pedido.

O desabafo é que é demasiado triste como Açoreano e Português, assistir à constante politiquice e partidarização de temas tão fundamentais para a nossa Região. Reduzir essa discussão publicamente a uma questão pessoal de um deputado, quando o que está em casa é toda uma frota e uma fileira, estando inclusivamente a Associação representativa do setor a favor da alteração, que envolve desde o pescador, até aos comerciantes de pescado, à restauração (essencial para o turismo) e à indústria conserveira, não é querer discutir o assunto seriamente e com a importância que o mesmo merece e a importância que V. Exa., e muito bem, lhe está a tentar dar.

O pedido é que, exatamente, foque a análise e discussão em questões técnicas factuais e recuse qualquer outra argumentação, especialmente essas baseadas em questiúnculas partidárias.

Agradeço a possibilidade de expressar a minha opinião.

Com os melhores cumprimentos

Simão Pfc Neves